

- 8 JAN 1986

AM-X
CPE

Comissão não debate sistema de governo

Do Sucursal do Rio *ass const*

A Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, que foi criada pela Presidência da República para elaborar um "esboço de anteprojeto de Constituição", adiou mais uma vez a discussão sobre o sistema de governo. "A questão de parlamentarismo, presidencialismo ou sistemas mistos é uma questão política. Vamos agir como os mineiros: só nos reuniremos com a coisa resolvida", disse o jornalista Mauro Santayana, 52, secretário-executivo da Comissão.

Ontem, no prédio do Banco Central, no centro do Rio, houve a primeira reunião dos dez comitês temáticos em que se dividiu a Comissão. Santayana afirmou que "não há problema maior no fato de se começarem a discutir os temas gerais, antes da definição do sistema de

governo. Os princípios em debate são genéricos e se adequam a qualquer sistema". Os comitês temáticos escolheram seus coordenadores e definiram seu esquema de trabalho até o dia 30, quando iniciarão uma reunião de três dias, em regime de tempo integral, no Hotel Glória, na Glória, zona sul do Rio.

A medida em que evoluem os debates na Comissão, as divisões ideológicas afloram. Santayana, considerado pelo presidente da Comissão, Afonso Arinos de Melo Franco, 80, um "representante da esquerda" dentro do grupo, afirmou que tem "notado um considerável avanço de pessoas que poderiam ser vistas como de pensamento conservador e estão concordando com a idéia de que esta Constituição terá que ser muito mais democrática". O professor Ney Prado, 55, que foi da Escola Superior

de Guerra e é secretário-geral da Comissão, assumiu a coordenação do comitê que trata da "Defesa do Estado, da Sociedade Civil e das Instituições Democráticas" e vai convidar "experts" da matéria para colaborarem nos debates: representantes dos três ministros militares, comandantes da PM de São Paulo e Minas Gerais ("o Rio não foi lembrado por acaso", afirmou), o comandante da Escola de Guerra Naval e o presidente da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Civil. "Será uma importante contribuição", declarou.

Os comitês que tratam dos temas "Poder Legislativo e Organização Partidária" e "Poder Executivo" se uniram num só, sob a coordenação do jurista Paulo Brossard, 60, consultor-geral da República.

- 8 JAN 1986

FOLHA DE SAO PAULO